



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

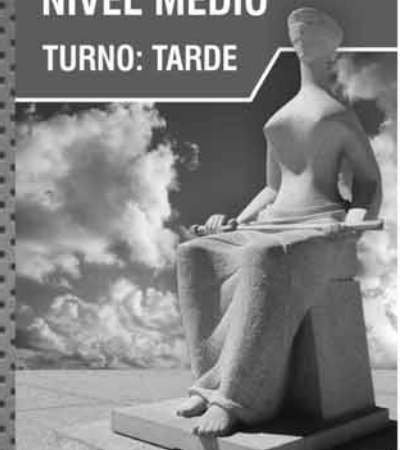
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

NÍVEL MÉDIO

TURNO: TARDE



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8

1 Eu não sou capaz de me lembrar do cheiro que meu
pai tinha quando eu era criança. As pessoas mudam de cheiro
com a idade, assim como mudam de pele e de voz, e quando
4 você fala da infância, é possível que associe a figura do seu pai
com a figura do seu pai como é hoje. Então, quando me lembro
dele me trazendo um triciclo de presente, ou mostrando como
7 funcionava uma máquina de costura, ou pedindo que eu lesse
algumas palavras escritas no jornal, ou conversando comigo
sobre as coisas que se conversam com uma criança de três
10 anos, sete anos, treze anos, quando me lembro de tudo isso, a
imagem dele é a que tenho hoje, os cabelos, o rosto, meu pai
bem mais magro e curvado e cansado do que em fotografias
13 antigas que não vi mais que cinco vezes na vida.

Quando me lembro do meu pai me proibindo de
mudar de escola, a voz que ouço dele é a de hoje, e me
16 pergunto se algo parecido acontece com ele: se a lembrança
que ele tem de mim aos treze anos se confunde com a visão que
ele tem de mim agora, depois de tudo o que ficou sabendo a
19 meu respeito nessas quase três décadas, um acúmulo de fatos
que apagam os tropeços do caminho para chegar até aqui, e o
que para mim foi um capítulo decisivo da vida, a briga que
22 tivemos por causa da mudança de escola, para ele pode não ter
sido mais que um fato banal, uma entre tantas coisas que
aconteciam em casa e no trabalho e na vida dele com a minha
25 mãe e as outras pessoas ao redor durante a adolescência do
filho.

Michel Laub. *Diário da queda*. São Paulo: Companhia das
Letras, 2011, p. 48-9 (com adaptações).

Acerca do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se do segundo parágrafo que os fatos lembrados dependem da importância que lhes foi atribuída pelos que os vivenciaram.
- 2 De acordo com o primeiro parágrafo, as mudanças pelas quais as pessoas passam ao envelhecer alteram a figura delas quando jovens.
- 3 De acordo com o narrador, fotografias antigas evocam imagens irrealistas daqueles com quem se conviveu no passado.
- 4 Depreende-se do texto que o narrador se ressentido do fato de momentos marcantes de sua adolescência não terem sido guardados, na memória, por seu pai.

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto, julgue os próximos itens.

- 5 O pronome “que” (ℓ.11 e 13) introduz oração que restringe a significação dos antecedentes “a” (ℓ.11) e “fotografias antigas” (ℓ.12-13), respectivamente.
- 6 Nas linhas 21 e 22, a substituição das vírgulas por travessões manteria a correção gramatical e o sentido do texto.
- 7 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a expressão “mais que” (ℓ.23) fosse substituída por **mais do que**.
- 8 No trecho “é possível que associe a figura do seu pai com a figura do seu pai como é hoje” (ℓ.4-5), o conectivo “que” inicia oração que complementa o sentido do adjetivo “possível”.

1 Levei anos para aprender, e só fui aprender nos anos
da ditadura, que ter medo não é apenas tremer de medo ou
baixar a cabeça — obediente e resignado —, ou dizer “sim”
4 quando quiséramos dizer “não”. Há outro medo, muito mais
profundo, que disfarça e não mostra o medo que tem,
exatamente porque teme tanto que tem medo de aparentar
7 medo. É o medo que engendra a omissão, o não importar-se
com o que ocorra, ou o não assumir-se em nada. É um
medo-fuga. E é, talvez, o único medo essencialmente perigoso,
10 porque, estando próximo à covardia, nos torna cínicos e, como
tal, nos destroça.

Flávio Tavares. *Memórias do esquecimento*.
São Paulo: Globo, 1999, p. 169.

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 9 No trecho “o não importar-se com o que ocorra” (ℓ.7-8), é opcional a colocação do pronome “se” antes de “importar-se”: o não se importar com o que ocorra.
- 10 A eliminação da vírgula logo após a conjunção “porque” (ℓ.10) não acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto.
- 11 Não acarretaria prejuízo para a correção gramatical e os sentidos do texto a substituição de “engendra a omissão” (ℓ.7) por **dá existência à omissão**.
- 12 O termo “que” (ℓ.2) introduz oração que complementa de forma direta o sentido do verbo “aprender” (ℓ.1).

Acerca da redação de correspondências oficiais, julgue os itens seguintes.

- 13 O memorando, uma forma de comunicação interna, caracteriza-se pela agilidade, razão por que devem ser simples os procedimentos burocráticos de sua tramitação.
- 14 A redação oficial, maneira como atos e comunicações são elaborados pelo poder público, deve orientar-se por princípios dispostos na Constituição Federal, tais como impessoalidade e publicidade.
- 15 O presidente da República é o destinatário da exposição de motivos, mas será o remetente de uma mensagem, caso queira comunicar-se com o Poder Legislativo, situação em que não deverá constar a identificação do signatário.
- 16 Em documentos destinados ao presidente do Supremo Tribunal Federal, o emprego do vocativo Excelentíssimo Senhor, seguido do cargo, atende a regra de formalidade nas comunicações oficiais.
- 17 Para se comunicar com autoridade de mesma hierarquia, um ministro do Supremo Tribunal Federal deve redigir aviso, documento que segue o padrão ofício, com acréscimo de vocativo.

Com base nas disposições do Código de Ética dos Servidores do STF, julgue os itens a seguir.

- 18 Atos da vida particular do servidor do STF não guardam relação com os deveres éticos que lhe são impostos pelo código em apreço.
- 19 Servidor do STF que responda a processo por quebra ilícita de contrato de locação poderá compor o Conselho de Ética do tribunal, mas estará impedido de integrá-lo se for réu em ação penal.
- 20 Uma servidora do STF não poderá manter sua tia sob subordinação hierárquica.

Julgue o próximo item à luz do Regimento Interno do STF.

- 21 O cargo de secretário de turma do STF é de livre provimento e recrutamento amplo.

No que diz respeito aos aspectos pertinentes à responsabilidade dos agentes públicos, conforme disposto na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens subsecutivos.

- 22 O servidor está obrigado a resguardar o sigilo da informação classificada como sigilosa, a menos que tenha acesso ao seu conteúdo em razão de causas fortuitas ou eventuais.
- 23 A pena mínima aplicável ao servidor público condenado em processo administrativo pela divulgação de informação sigilosa é a suspensão.

A respeito da organização e das competências do STF, previstas em seu Regimento Interno, julgue os próximos itens.

- 24 Para atingir o *quorum* em uma das turmas do tribunal, os ministros da outra podem ser convocados para completá-la, obedecida a ordem crescente de antiguidade.
- 25 Ao deixar a presidência do STF, o ministro deverá retornar à turma que integrava originariamente.
- 26 É vedado ao ministro assinar correspondência oficial em nome do STF concernente a processo de sua relatoria, pois esta é uma atribuição exclusiva do presidente e do vice-presidente do tribunal.
- 27 As comissões permanentes do tribunal são compostas de três ministros, ao passo que as temporárias podem ter qualquer número de membros.

Acerca dos serviços do tribunal e das disposições finais do Regimento Interno do STF, julgue os itens seguintes.

- 28 Deliberação é um ato sem caráter normativo pelo qual o tribunal dá solução a determinados casos em matéria administrativa.
- 29 A Secretaria do tribunal é dirigida pelo diretor-geral, após ter sido indicado pelo presidente e aprovado pela maioria absoluta do tribunal, em votação secreta.

Acerca da organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

- 30 As fundações de direito público somente podem ser criadas por lei, pois essa é a regra para o surgimento de pessoas jurídicas de direito público.
- 31 Ao criar uma autarquia responsável pela política de saneamento básico, que integrará a administração indireta estadual, o governo de determinado estado da Federação estará, então, promovendo a desconcentração administrativa.

Com relação à responsabilidade civil do Estado e aos princípios da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 32 A publicidade é fator de eficácia e requisito de moralidade dos atos administrativos; entretanto, a publicação de atos irregulares não os convalida.
- 33 Considere que, no recinto de uma repartição pública, uma pessoa, por ação própria e exclusiva, tenha causado acidente e, em consequência, sofrido várias lesões. Nessa situação hipotética, estará caracterizada a responsabilidade civil do Estado pelos prejuízos físicos e patrimoniais decorrentes do acidente.

Julgue o item que se segue acerca de licitação.

- 34 Em caso de irregularidade no edital de licitação, é assegurado a qualquer cidadão impugná-lo até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

Com relação ao controle da administração, ao regime jurídico da Lei n.º 8.112/1990 e ao ato administrativo, julgue os itens subsecutivos.

- 35 O regime jurídico estatutário de que trata a Lei n.º 8.112/1990 é aplicável aos servidores da administração direta, das autarquias e das empresas públicas federais.
- 36 Constitui-se exemplo de controle legislativo o poder conferido à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal ou a qualquer de suas comissões para convocar ministros de Estado ou autoridades ligadas diretamente à Presidência da República para prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Julgue os itens a seguir, acerca da disciplina constitucional do Supremo Tribunal Federal (STF), dos demais órgãos do Poder Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- 37 Caso uma cidadã brasileira deseje que sentença do seu divórcio de um cidadão suíço, proferida por tribunal cível da cidade de Lausanne, na Suíça, tenha efeitos no Brasil, tal sentença deverá ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- 38 O CNJ tem competência para apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade de atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário, exercendo sobre este último um controle externo.

Julgue os itens a seguir, relativos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e às possíveis relações entre eles.

- 39 Caso o vice-presidente da República cometa crime de responsabilidade, esse fato deverá ser processado e julgado pelo Senado Federal. O presidente do STF atuará como presidente do Senado Federal na correspondente sessão de julgamento.
- 40 Uma legislatura compreende quatro sessões legislativas ordinárias.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos sociais, dos princípios que regem a administração pública e da disciplina constitucional dos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 41 A norma constitucional que trata do direito de greve do servidor público é considerada pela literatura e pela jurisprudência como norma de eficácia limitada.
- 42 Um servidor público que, em virtude do comando constitucional da aposentadoria compulsória, tenha-se aposentado no ano de 2010 pode continuar filiado ao sindicato de sua respectiva categoria profissional, mas não estará habilitado a votar nas eleições para a diretoria da entidade.

O colegiado do Supremo Tribunal Federal (STF) é composto por 11 ministros, responsáveis por decisões que repercutem em toda a sociedade brasileira. No julgamento de determinados processos, os ministros votam pela absolvição ou pela condenação dos réus de forma independente uns dos outros. A partir dessas informações e considerando que, em determinado julgamento, a probabilidade de qualquer um dos ministros decidir pela condenação ou pela absolvição do réu seja a mesma, julgue os itens seguintes.

- 43 A probabilidade de todos os 11 ministros votarem pela absolvição do réu é superior à probabilidade de que os votos dos 6 primeiros ministros a votar sejam pela condenação do réu e os votos dos 5 demais ministros sejam pela absolvição do réu.
- 44 Se, no julgamento de determinado réu, 8 ministros votarem pela absolvição e 3 ministros votarem pela condenação, a quantidade de maneiras distintas de se atribuir os votos aos diferentes ministros será inferior a 170.
- 45 Se os votos dos 5 primeiros ministros a votar forem pela condenação do réu, a probabilidade de o voto do sexto ministro a votar também ser pela condenação do réu será inferior a 0,02.

Julgue os itens seguintes, relativos à lógica proposicional.

- 46 A sentença “um ensino dedicado à formação de técnicos negligencia a formação de cientistas” constitui uma proposição simples.
- 47 A sentença “A indicação de juízes para o STF deve ser consequência de um currículo que demonstre excelência e grande experiência na magistratura” pode ser corretamente representada na forma $P \rightarrow Q$, em que P e Q sejam proposições simples convenientemente escolhidas.

Mara, Júlia e Lina são assessoras em um tribunal. Uma delas ocupa a função de cerimonialista, outra, de assessora de assuntos internacionais e a outra, de analista processual. Uma dessas assessoras ocupa a sua função há exatos 11 anos, outra, há exatos 13 anos, e a outra, há exatos 20 anos. Sabe-se, ainda, que:

- Mara não é a cerimonialista e não é a assessora que exerce a função há exatos 11 anos;
- a analista processual ocupa a função há exatos 20 anos;
- Júlia não é a assessora de assuntos internacionais nem é a assessora que ocupa a função há exatos 13 anos;
- Lina ocupa a função há exatos 13 anos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 48 A assessora de assuntos internacionais ocupa a função há exatos 11 anos.
- 49 Lina é a cerimonialista.
- 50 Mara é a assessora que ocupa essa função há mais tempo.

RASCUNHO